

**Concurso Público para provimento do Cargo de
Auditor-Fiscal da Receita Estadual – Nível I
Tecnologia da Informação**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA OBJETIVA P1
CONHECIMENTOS GERAIS**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões objetivas, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS da Prova Objetiva, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- O tempo mínimo de permanência na sala de prova é de 3 horas do início da prova.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PROVA OBJETIVA P1
CONHECIMENTOS GERAIS
Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 10, considere o texto abaixo.

- 1 *Existe uma estreita relação entre nutrição, saúde e educação, de um lado, e capacidade de trabalho e iniciativa de outro. A incompetência econômica do indivíduo resulta em privação material: sua demanda por bens não corresponde a uma demanda recíproca, no mercado, por aquilo que ele é capaz de oferecer. Ao mesmo tempo, a pobreza de uma geração se torna o berço da incompetência da geração seguinte: o ambiente de privação material e ignorância em que nasce (e se forma) o indivíduo impede que ele desenvolva todas as qualidades físicas, morais e intelectuais das quais dependerá sua competência na vida prática e sua sobrevivência no mercado. Fecha-se assim o elo entre pobreza e improficiência.*
- 2 *Entre os economistas do século XIX, foi Marshall aquele que melhor compreendeu a importância da formação de capital humano – do investimento na qualidade da força de trabalho – para um programa de reforma social eficaz, voltado para a erradicação da pobreza e a promoção da riqueza e do desenvolvimento sociais. Na Inglaterra oitocentista de Marshall, existia um vasto contingente de indivíduos trabalhando com um nível baixíssimo de produtividade, semicupados ou até incapacitados de exercer qualquer tipo de atividade no mercado que lhes garantisse o mínimo necessário para um padrão de vida tolerável.*
- 3 *A bandeira da educação compulsória e universal, financiada e pelo menos parcialmente provida pelo Estado, é uma tônica constante da economia clássica desde Adam Smith. Malthus, para citar apenas um exemplo, sugeria que o investimento público maciço em educação seria uma resposta mais eficaz do que a Poor Law (sistema de assistência social aos pobres) no combate ao pauperismo.*
- 4 *O ponto crucial, contudo, é que os economistas clássicos ainda tendiam a abordar a questão da educação mais sob o ângulo do bem-estar social, da mudança de atitudes e valores que acarretava, do que sob o ângulo do capital humano, isto é, como parte do esforço de investimento e formação de capital produtivo de uma nação.*
- 5 *Foi apenas com os “Princípios de economia” de Marshall que os economistas passaram a tratar a educação, além da saúde, alimentação etc. – o investimento em seres humanos em suma –, não mais como uma questão simplesmente humanitária (embora, é claro, também o seja), mas como parte do esforço de acumulação de capital: como investimento na capacidade produtiva da população, entendida como resultante de sua saúde e educação básica, bem como de seu grau de competência profissional.*
- 6 *O núcleo do argumento marshalliano é a noção de que o verdadeiro gargalo com que se defrontam as economias menos desenvolvidas não é a escassez de capital financeiro, mas a escassez de capital humano. É a falta de capacitação da comunidade para integrar-se de forma dinâmica à economia mundial que compromete o esforço de crescimento numa economia atrasada.*
- 7 *Mas o que é, afinal, o capital humano? O capital humano representa a capacitação do indivíduo para o trabalho qualificado. Ele é constituído não somente pelo resultado do investimento da família e da sociedade na competência produtiva das pessoas, mas também por elementos de natureza ética como, por exemplo, a capacidade dos indivíduos de agir com base nos interesses comuns. Com isso, aumenta o poder de ganho dos indivíduos no mercado e eles aprendem que é do seu próprio interesse respeitar regras gerais de conduta das quais todos os participantes da sociedade se beneficiam, embora para isso precisem restringir alguns de seus interesses pessoais mais imediatos.*
- 8 *É importante frisar que Marshall sustentou um argumento de caráter econômico quando defendeu a distribuição menos desigual da riqueza e da renda, de modo a promover a formação de capital humano. Seu argumento chama a atenção para os ganhos obtidos a partir da melhora na educação da população: “nenhuma mudança favoreceria tanto um crescimento mais rápido da riqueza material quanto uma melhoria das nossas escolas [...], desde que possa ser combinada com um amplo sistema de bolsas de estudo, o que permitirá ao filho do trabalhador mais simples a obtenção da melhor educação teórica e prática que nossa época é capaz de oferecer a ele.”*

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. **O elogio do vira-lata e outros ensaios**. Companhia das Letras, 2018, edição digital.)

1. Considere as afirmações a seguir:
- I. O objetivo principal do texto é apresentar a teoria econômica de Marshall, segundo a qual cabe ao Estado, por meio de medidas assistencialistas, a responsabilidade de dirimir a pobreza e a desigualdade entre as classes mais altas e baixas da população.
 - II. No 5º parágrafo, o segmento entre parênteses acrescenta uma ressalva ao argumento central do período.
 - III. Depreende-se do contexto que para formar “capital humano” é necessário, entre outras medidas, investir na saúde e na educação do indivíduo, de modo que este possa gerar riqueza para si próprio e para a sociedade.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III, apenas.



2. Infere-se do texto que a teoria econômica de Marshall

- (A) é tida como altruísta e estabeleceu um marco na conquista dos valores humanitários, uma vez que tratou da ascensão social de toda uma geração de trabalhadores.
- (B) foi responsável, na Inglaterra, pela maior distribuição da riqueza e da renda, advinda das práticas governamentais que tomaram por base seus princípios.
- (C) serviu de alicerce ao sistema de assistência social aos pobres, conhecido na Inglaterra como "Poor Law" e defendido por Adam Smith.
- (D) gerou uma mudança de paradigma, pois, a partir de tal teoria, o investimento em seres humanos passou a ser interpretado como parte do empenho para a acumulação de capital.
- (E) é incompatível com a teoria proposta por Malthus, segundo a qual o financiamento da educação compulsória e universal deve ser compartilhado entre a iniciativa privada e o Estado.

3. ... *embora para isso precisem restringir alguns de seus interesses pessoais mais imediatos.* (7^o parágrafo)

Com um sentido adequado ao original, uma redação correta para o segmento acima, transformando-o em um período independente, encontra-se em:

- (A) Contudo, seria restringido, à medida que isso se efetivasse, alguns dos interesses pessoais mais imediatos aos indivíduos.
- (B) A despeito disso alguns dos interesses pessoais mais imediatos dos indivíduos, precisariam ser restritos.
- (C) Apresentaria-se, assim, a necessidade de restringir alguns dos interesses pessoais mais imediatos dos indivíduos.
- (D) Porém, se restringissem alguns dos interesses pessoais mais imediatos dos indivíduos.
- (E) Para isso, contudo, os indivíduos precisam restringir alguns de seus interesses pessoais mais imediatos.

4. *Fecha-se assim o elo entre pobreza e improficência.* (1^o parágrafo)

Em relação aos argumentos que a antecedem, a frase acima exprime noção de

- (A) conclusão.
- (B) causa.
- (C) concessão.
- (D) finalidade.
- (E) oposição.

5. ... *qualquer tipo de atividade no mercado que lhes garantisse o mínimo necessário...* (2^o parágrafo)

O verbo da frase acima possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento do que se encontra em:

- (A) ... *o ambiente de privação material e ignorância em que nasce [...] o indivíduo...*
- (B) *Na Inglaterra oitocentista de Marshall, existia um vasto contingente de indivíduos...*
- (C) ... *o que permitirá ao filho do trabalhador mais simples a obtenção da melhor educação teórica e prática...*
- (D) *Com isso, aumenta o poder de ganho dos indivíduos no mercado...*
- (E) ... *é uma tônica constante da economia clássica...*

6. Considere as afirmações abaixo a respeito da pontuação do texto.

- I. Mantendo-se a correção e o sentido, o sinal de interrogação da frase *Mas o que é, afinal, o capital humano?* (7^o parágrafo) pode ser suprimido, uma vez que se trata de pergunta retórica, cuja finalidade é estimular a reflexão.
- II. Sem prejuízo da correção e do sentido, o sinal de dois-pontos em *A incompetência econômica do indivíduo resulta em privação material: sua demanda por bens...* (1^o parágrafo) pode ser substituído por "pois" antecedido de vírgula.
- III. Os travessões que isolam o segmento *do investimento na qualidade da força de trabalho* (2^o parágrafo) podem ser substituídos por parênteses, sem prejuízo da correção.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.



7. Está correta a redação do comentário, baseado em ideias do texto, que se encontra em:
- (A) Os *Princípios de economia*, de Marshall, tratam-se de ideias que visavam considerar o investimento na saúde e educação dos seres humanos como uma questão de ordem econômica.
 - (B) A questão da educação era abordada por economistas clássicos sob o ângulo do bem-estar social, da mudança de atitudes e valores que acarretava.
 - (C) Teorias à respeito da promoção de oportunidades para os trabalhadores foram o que influenciaram Marshall a recomendar um esforço concentrado na frente educacional, prioritariamente na base do sistema.
 - (D) Constam entre os argumentos de caráter econômico defendidos por Marshall a distribuição menos desigual da riqueza e da renda, que promoveria a formação de capital humano.
 - (E) Não se desenvolve, em ambiente de privação material e ignorância todas as qualidades físicas, morais e intelectuais necessárias para a competência do indivíduo na vida prática e sua sobrevivência no mercado.
-
8. Considerado o contexto, está correto o que consta de:
- (A) O sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua "economia mundial" por "uma economia globalizada" no segmento *integrar-se de forma dinâmica à economia mundial* (6º parágrafo).
 - (B) O segmento *não é a escassez de capital financeiro, mas a escassez de capital humano* (6º parágrafo) exprime noção de finalidade.
 - (C) Sem prejuízo da correção gramatical, o segmento *impede que ele desenvolva* (1º parágrafo) pode ser reescrito do seguinte modo: *impede-lhe de desenvolver*.
 - (D) Os verbos do segmento *Malthus [...] sugeria que o investimento público maciço em educação seria uma resposta mais eficaz* (3º parágrafo) estão flexionados nos mesmos tempo e modo.
 - (E) O segmento sublinhado em *desde que possa ser combinada com um amplo sistema de bolsas de estudo* (último parágrafo) pode ser substituído por "uma vez que", sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase.
-
9. Os termos sublinhados exercem a mesma função sintática em:
- (A) *Com isso, aumenta o poder de ganho dos indivíduos no mercado e eles aprendem* (7º parágrafo)
 - (B) *a pobreza de uma geração se torna o berço da incompetência da geração seguinte* (1º parágrafo)
 - (C) *É a falta de capacitação da comunidade para integrar-se de forma dinâmica à economia mundial que compromete o esforço de crescimento* (6º parágrafo)
 - (D) *A incompetência econômica do indivíduo resulta em privação material* (1º parágrafo)
 - (E) *A bandeira da educação compulsória e universal, financiada e pelo menos parcialmente provida pelo Estado* (3º parágrafo)
-
10. ... que é do seu próprio interesse respeitar regras gerais de conduta das quais todos os participantes da sociedade se beneficiam... (7º parágrafo)
- Mantêm-se a correção e, em linhas gerais, o sentido original da frase acima substituindo-se o segmento sublinhado por:
- (A) a que todos os participantes da sociedade se vangloriam
 - (B) as quais todos os participantes da sociedade tiram proveito
 - (C) que favorecem todos os participantes da sociedade
 - (D) de que todos os participantes da sociedade contam para seu benefício
 - (E) às quais trazem proveito a todos os participantes da sociedade
-
11. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Alguns acreditam que o sucesso ou o fracasso na criação e manutenção da riqueza das nações esteja ligado à fatores microeconômicos.
 - (B) Estimam-se que os ganhos gerados por descobertas de um grande gênio sejam suficientes para custear as despesas com educação de toda uma sociedade.
 - (C) Além das humanitárias, haveriam boas razões econômicas para se permitir aos mais pobres que tenham a oportunidade de descobrir o seu potencial para a comunidade.
 - (D) Explicar as razões porque persistem as formidáveis diferenças de bem-estar que se observa na economia mundial seria um dos desafios dos economistas da atualidade.
 - (E) O sucesso econômico de países como a Alemanha e o Japão sugere que a existência de recursos naturais abundantes não é determinante para o crescimento da produção.



Atenção: Para responder às questões de números 12 a 15, considere o texto abaixo.

Não temos ideia de como será o mercado de trabalho em 2050. Podemos afirmar que a robótica vai mudar quase todas as modalidades de trabalho. Contudo, há visões inconciliáveis a respeito das consequências dessa mudança e sua iminência. Alguns creem que dentro de uma ou duas décadas bilhões de pessoas serão economicamente redundantes. Outros sustentam que mesmo no longo prazo a automação continuará a gerar novos empregos e maior prosperidade.

Os temores de que a automação causará desemprego massivo remontam ao século XIX, e até agora nunca se materializaram. Desde o início da Revolução Industrial, para cada emprego perdido para uma máquina pelo menos um novo emprego foi criado, e o padrão de vida médio subiu consideravelmente. Mas há boas razões para pensar que desta vez é diferente.

Seres humanos possuem dois tipos de habilidades – física e cognitiva. No passado, as máquinas competiram com humanos principalmente em habilidades físicas, enquanto eles ficaram à frente das máquinas em capacidade cognitiva. Por isso, quando trabalhos manuais na agricultura e na indústria foram automatizados, surgiram novos trabalhos no setor de serviços que requeriam o tipo de habilidade cognitiva que só humanos possuíam: aprender, analisar, comunicar e compreender emoções. No entanto, acredita-se que a Inteligência Artificial será capaz de apreender um número cada vez maior dessas habilidades.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, edição digital.)

12. Considere as afirmações a seguir:

- I. Mesmo que possam ter substituído o homem em diversas funções, as máquinas ainda não são capazes de competir com as habilidades cognitivas do ser humano.
- II. O receio de que as máquinas possam eliminar empregos encontra fundamento no desemprego maciço observado no século XIX com o advento da Revolução Industrial.
- III. No primeiro parágrafo, o autor apresenta dois pontos de vista conflitantes a respeito das consequências da automação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) II.

13. Considere as afirmações abaixo a respeito da pontuação do texto.

- I. Em *Seres humanos possuem dois tipos de habilidades – física e cognitiva* (3º parágrafo), o travessão introduz um esclarecimento e pode ser substituído por dois-pontos, sem prejuízo da correção.
- II. Em *para cada emprego perdido para uma máquina pelo menos um novo emprego foi criado, e o padrão de vida médio subiu consideravelmente* (2º parágrafo), o emprego da vírgula se justifica, uma vez que separa duas orações com sujeitos diferentes.
- III. O sentido não será alterado caso se acrescente uma vírgula imediatamente após “serviços” em *novos trabalhos no setor de serviços que requeriam o tipo de habilidade cognitiva que só humanos possuíam [...]* (3º parágrafo).

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) I.

14. Está correta e coesa a seguinte **redação** da frase adaptada do texto:

- (A) Origina-se no século XIX os receios de que haverá desemprego em massa devido à automação, mas até agora não se materializaram.
- (B) Os tipos de trabalho serão transformados pela robótica, mas falta informações concretas sobre quais serão as consequências dessa mudança e quando irão ocorrer.
- (C) A partir do início da Revolução Industrial, surgiu ao menos um novo emprego para cada emprego perdido em razão da automação, além de o padrão de vida médio ter aumentado de forma intensa.
- (D) Há algum tempo, os seres humanos, ao competirem com as máquinas, se mantiveram à frente em habilidades cognitivas, mas perderam quando se tratava de capacidade física.
- (E) Acredita-se que, em poucas décadas, deverão haver bilhões de pessoas cujas habilidades sejam desnecessárias para a economia.



15. *Não temos ideia de como será o mercado de trabalho em 2050. Podemos afirmar que a robótica vai mudar quase todas as modalidades de trabalho.* (1º parágrafo)

Evitando-se o uso da primeira pessoa do plural, as duas frases acima articulam-se com correção e lógica em um único período em:

- (A) Apesar de não se ter ideia de como será o mercado de trabalho em 2050, pode-se afirmar que a robótica vai mudar diversas modalidades de trabalho.
- (B) Podem-se afirmar que a robótica vai mudar diversas modalidades de trabalho, assim como não tem ideia de como será o mercado de trabalho em 2050.
- (C) Embora não têm ideia de como será o mercado de trabalho, em 2050, podem afirmar que a robótica vai mudar diversas modalidades de trabalho.
- (D) Apesar de não saber como será o mercado de trabalho em 2050, podem-se afirmar que diversas modalidades de trabalho, serão modificadas pela robótica.
- (E) Porquanto não tenham ideia de como será o mercado de trabalho em 2050, afirmam-se com propriedade que a robótica mudará diversas modalidades de trabalho.

16. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Com o avanço da Inteligência Artificial, a fronteira entre o homem e a máquina está cada vez mais tênue, assim diminuirá postos de trabalho em atividades repetitivas que possam ser automatizadas.
- (B) Cabem aos pesquisadores atuais encontrar alternativas para que robôs compartilhem tarefas hierarquicamente, das quais foram programados, como se fossem um grupo de pessoas.
- (C) Existiria, com o ganho de produtividade resultante da automação, novas demandas por serviços capazes de aumentar a receita de empresas e ampliar o mercado de trabalho.
- (D) Deve surgir novos empregos no lugar dos que serão perdidos para a automação, muitos dos quais relacionados à tecnologia, com exigências de qualificação profissional na área.
- (E) Uma vez que o trabalho da maioria das pessoas envolve várias habilidades diferentes ao mesmo tempo, uma única máquina seria incapaz de realizar todas as tarefas diárias de um trabalhador comum.

Atenção: Para responder às questões de números 17 a 21, considere o texto abaixo.

A punição para quem já está preso é a solitária. Não é para menos: a ausência de convivência com outros seres humanos é extremamente penosa. Ela causa depressão, facilita o aparecimento de doenças, aumenta a agressividade e pode levar ao suicídio.

Nas sociedades modernas, a solidão atinge até 50% das pessoas com mais de 60 anos. Nas sociedades primitivas, vivíamos em constante contato, dividindo tarefas com os membros de nossa tribo. Hoje é possível sofrer de solidão mesmo vivendo numa grande cidade.

Que a solidão causa mudanças comportamentais ninguém duvida, mas agora foi descoberto um neuropeptídeo (NkB), uma espécie de hormônio, envolvido nesse processo, e ao mesmo tempo um composto químico capaz de debelar os efeitos da solidão.

Camundongos foram colocados sozinhos por duas semanas (o que equivale a um ano para seres humanos). Após esse tempo, eles apresentavam os sintomas típicos da solidão. Suscetibilidade ao estresse e aumento da agressividade. Os cientistas, ao examinar os cérebros desses animais, observaram um enorme aumento na quantidade de NkB.

Em outro experimento, os cientistas empregaram um recurso genético para induzir o aumento do NkB artificialmente, sem expor os animais à solidão. Esses animais, mesmo convivendo com outros de sua espécie, exibiram os sintomas da solidão, comprovando que esse hormônio está envolvido com o aparecimento de seus sintomas em camundongos. Como esse mesmo hormônio existe em seres humanos, devem ser obtidos os mesmos resultados quando esses experimentos forem repetidos em pessoas.

Apesar de agora conhecermos uma molécula que provoca os sintomas da solidão, ainda não sabemos como ela provoca o aumento dessa molécula no cérebro. Será que é a falta de interação física que provoca a solidão, será a falta de estímulos visuais ou olfativos, ou uma combinação desses fatores?

Esses experimentos também sugerem que pode haver um medicamento capaz de fazer desaparecer os sintomas da solidão. Mas não seria melhor curar a solidão interagindo com os amigos, a família e outras pessoas do convívio social? A solidão é um problema criado pela sociedade moderna. Ele deve ser resolvido com uma nova droga ou com uma mudança de comportamento?

(Adaptado de: REINACH, Fernando. Disponível em: ciencia.estadao.com.br)

17. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) Apesar de ambos os experimentos realizados com camundongos terem submetido os animais à solidão, estes reagiram de modo menos intenso quando o período de isolamento foi inferior a duas semanas.
- (B) A partir dos argumentos apresentados nos dois primeiros parágrafos, conclui-se que o autor defende o uso de um composto químico recém-descoberto como estratégia para amenizar os sintomas da solidão em idosos.
- (C) Os estudos sobre as consequências da solidão em idosos não se mostraram conclusivos, mas já se estabeleceu que o estilo de vida estressante das grandes cidades causa um sentimento de isolamento exacerbado nessa faixa etária.
- (D) Embora a última pergunta do texto não esteja explicitamente respondida, pode-se inferir que, do ponto de vista do autor, a solução para a questão da solidão se encontraria em uma mudança de comportamento.
- (E) O objetivo principal do texto é defender a ideia, por meio da apresentação de descobertas científicas, de que os sintomas típicos da solidão, ou seja, tristeza e irritabilidade, devem ser eliminados com o uso de medicamentos adequados.



18. Identifica-se noção de causa e consequência em:
- (A) *Apesar de agora conhecermos uma molécula que provoca os sintomas da solidão, ainda não sabemos como ela provoca o aumento dessa molécula no cérebro.* (penúltimo parágrafo)
 - (B) *Como esse mesmo hormônio existe em seres humanos, devem ser obtidos os mesmos resultados quando esses experimentos forem repetidos em pessoas.* (5º parágrafo)
 - (C) *Em outro experimento, os cientistas empregaram um recurso genético para induzir o aumento do NkB artificialmente...* (5º parágrafo)
 - (D) *... a ausência de convivência com outros seres humanos é extremamente penosa.* (1º parágrafo)
 - (E) *Hoje é possível sofrer de solidão mesmo vivendo numa grande cidade.* (2º parágrafo)

19. Nas sociedades modernas, a solidão atinge até 50% das pessoas com mais de 60 anos.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) era atingida.
 - (B) são atingidas.
 - (C) é atingida.
 - (D) atinge-se.
 - (E) foram atingidas.
-
20. O verbo em destaque deve sua flexão ao termo sublinhado em:
- (A) ... **devem** ser obtidos os mesmos resultados quando esses experimentos forem repetidos em pessoas.
 - (B) Que a solidão **causa** mudanças comportamentais ninguém duvida...
 - (C) ... esse hormônio faz parte do mecanismo que provoca os efeitos da solidão e **está** envolvido com o aparecimento dos sintomas...
 - (D) Ela provoca depressão, **facilita** o aparecimento de doenças...
 - (E) Os cientistas, ao examinar os cérebros desses animais, **observaram** um enorme aumento na quantidade de NkB.
-
21. Sem prejuízo do sentido original e da correção, e sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído pelo que se encontra entre parênteses em:
- (A) *Apesar de agora conhecermos uma molécula **que** (cuja) provoca os sintomas da solidão...*
 - (B) **Suscetibilidade** (Reação) ao estresse e aumento da agressividade.
 - (C) ... um composto químico capaz de **debelar** (extinguir) os efeitos da solidão.
 - (D) *Que a solidão causa mudanças comportamentais **ninguém duvida** (não se questionam)...*
 - (E) *Esses animais, **mesmo** (consoante) convivendo com outros animais...*

Atenção: Para responder às questões de números 22 a 24, considere o texto abaixo.

Não há como negar que filmes norte-americanos podem exercer influência em escala mundial e provocar "mudanças de comportamento" ou "até mudar opiniões", segundo Leif Furhammar e Folke Isaksson. Mas daí a afirmar que todo filme é político, como de hábito, vai uma grande distância.

Para uns, é de se esperar que o cinema "seja uma sentinela da sociedade"; para outros, o cinema "é uma indústria vulnerável e de prestígio, cujos produtos têm consumo de massa e determinam comportamentos miméticos".

Com relação ao Brasil, entretanto, é preciso reconhecer que o cinema brasileiro até hoje não teve influência em âmbito nacional. Quem alimenta o imaginário coletivo do país é a ficção televisiva.

De qualquer modo, embora até o fim da década de 1960 tenha prevalecido a noção de que o cinema teria o poder de causar mudanças políticas e sociais, desde então essa crença deixou de ser consensual e hoje atrai cada vez menos adeptos.

(Adaptado de: ESCOREL, Eduardo. Disponível em: piaui.folha.uol.com.br)

22. Afirma-se corretamente sobre o texto:
- (A) Sem prejuízo da correção e do sentido, o termo sublinhado em cujos produtos têm consumo de massa (2º parágrafo) pode ser substituído por "produtos dos quais".
 - (B) Sem prejuízo do sentido, o segmento *deixou de ser consensual* (último parágrafo) pode ser substituído por "foi malograda".
 - (C) Sem prejuízo do sentido, o segmento *comportamentos miméticos* (2º parágrafo) pode ser substituído por "atitudes exemplares".
 - (D) O termo "sentinela" (2º parágrafo) está empregado em sentido próprio.
 - (E) O termo "alimenta" (3º parágrafo) está empregado em sentido figurado.



23. Considere as seguintes afirmações:

- I. O fato de o cinema americano alterar comportamentos e influenciar opiniões em nível mundial respalda a noção defendida pelo autor de que todo filme é político.
- II. Depreende-se do texto que, apesar de já ter sido diferente no passado, hoje poucos acreditam na capacidade do cinema de influenciar os cenários político e social.
- III. Para o autor, uma vez que investe mais em formas de entretenimento do que em conteúdo político, a ficção televisiva brasileira atrai mais público do que o cinema nacional.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) III.

24. Com relação ao Brasil, entretanto, é preciso reconhecer que o cinema brasileiro até hoje não teve influência em âmbito nacional.

Sem prejuízo para correção e a coerência do texto, uma redação alternativa para o segmento sublinhado acima está em:

- (A) Conquanto se trate do Brasil, seria preciso reconhecer que
- (B) Quando se trata do Brasil, há outrossim, o reconhecimento de que
- (C) No que tange o Brasil, todavia reconhece-se que
- (D) No que concerne ao Brasil, não obstante, há de se reconhecer que
- (E) Tal como ocorrem no Brasil, por conseguinte, há quem reconheça que

25. O livre comentário está escrito com correção em:

- (A) É grande o número de atores brasileiros que além de atuarem no cinema, também integram o elenco de novelas televisivas, as quais lhes proporciona estabilidade na carreira.
- (B) Grandes sucessos de bilheteria contam com atores consagrados no elenco, embora se saiba que diversos outros elementos também contribuem para o êxito comercial de um filme.
- (C) Não se poderia imaginar que o surgimento de câmeras digitais de alta precisão em telefones celulares permitissem que se faça filmes digitais com boa qualidade de imagem.
- (D) Foi o surgimento de câmeras portáteis, na década de 1950, que fez com que despontasse cineastas independentes, aptos à dominar a arte de fazer cinema sem frequentar a universidade.
- (E) Quando começa a ser estudado, poucos dominavam as técnicas do cinema e as aulas restringiam-se as teorias; eram os fotógrafos, os que mais estavam à par da nova forma de arte que despontava.

Raciocínio Crítico, Lógico e Estatística

26. *Quando eu era criança, pensava que a felicidade só chegaria quando eu fosse adulto, ou seja, autônomo, respeitado e reconhecido pelos outros como dono do meu nariz. Contrariando essa minha previsão, alguns adultos me diziam que eu precisava aproveitar bastante minha infância para ser feliz, pois, uma vez chegado à idade adulta, eu constataria que a vida era feita de obrigações, renúncias, decepções e duro labor. Cheguei à conclusão de que, ao longo da vida, nossa ideia da felicidade muda: quando a gente é criança ou adolescente, a felicidade é algo que será possível na idade adulta; quando a gente é adulto, a felicidade é algo que já se foi: a lembrança idealizada (e falsa) da infância e da adolescência como épocas felizes. A felicidade é uma quimera que seria sempre própria de uma outra época da vida – que ainda não chegou ou que já passou.*

(Disponível em: ccalligari@uol.com.br)

A partir do texto, afirma-se corretamente:

- (A) É conclusão do autor que a felicidade é uma utopia, uma vez que se tem a ilusão de que ela está sempre fora de alcance, ora no passado, ora no futuro.
- (B) A ideia que o autor mantinha na infância sobre a possibilidade de alcançar a felicidade quando adulto se confirmou futuramente.
- (C) O conselho que o autor recebeu de adultos quando criança possibilitou-lhe aproveitar melhor a infância, época em que imaginava ser de fato feliz.
- (D) O autor deduz erroneamente que apenas os adultos podem alcançar a felicidade, ressentindo-se, assim, de não ter usufruído os fúgeos momentos felizes da infância.
- (E) Deduz-se que os adultos que contrariaram a ideia de felicidade manifestada pelo autor quando criança tiveram, eles próprios, uma vida adulta marcada por decepções e renúncias aos projetos forjados na infância.



Atenção: Para responder às questões de números 27 e 28, considere o texto abaixo.

Na narrativa tradicional, o narrador é em geral onisciente. Para citar um exemplo clássico: no Dom Quixote, de Cervantes, ele possui livre acesso à consciência da personagem principal. O Quixote personagem sabe menos a seu próprio respeito e a respeito daquilo que acontece do que o narrador de Cervantes. Este último tem garantida a distância que o separa do Quixote herói, e por isso é capaz de delimitar conscientemente os disparates do seu personagem. Isso explica o episódio em que o Cavaleiro da Triste Figura toma moinhos de vento por gigantes que, no seu delírio, é preciso combater. Mas hoje os tempos são outros, o universo se tornou complexo, os detalhes se multiplicaram e abriram passagem à alienação, à visão parcelada do mundo, em resumo: à falsa consciência. Um dos resultados desse desdobramento histórico, em termos artísticos, foi o narrador insciente, que não sabe nada, ou quase nada, tanto quanto o seu anti-herói (que é derrotado pelos obstáculos em vez de derrotá-los).

(Adaptado de: Modesto Carone (prefácio). **Essencial Franz Kafka**. Penguin/Companhia das Letras, 2011, edição digital.)

27. Considere o que se afirma abaixo a respeito das estratégias argumentativas do texto.

- I. A obra *Dom Quixote*, de Cervantes, é citada para embasar o argumento de que na narrativa tradicional existem personagens que apresentam uma falsa consciência de si mesmos, a qual é inacessível para o próprio narrador.
- II. Para introduzir o conceito de narrador insciente, *que não sabe nada, ou quase nada*, o autor recorre à comparação entre este e um narrador onisciente, ou seja, aquele que possui *livre acesso à consciência da personagem principal*.
- III. A partir da definição de anti-herói apresentada, é possível inferir que um herói derrota os obstáculos com que depara.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

28. Considerando os argumentos apresentados, é correto concluir que a noção de "falsa consciência"

- (A) decorre da complexidade do mundo atual.
- (B) é causa da visão fragmentada do mundo.
- (C) opõe-se à noção de anti-herói.
- (D) provoca o desaparecimento do narrador onisciente.
- (E) refuta a perenidade dos obstáculos a serem derrotados pelas personagens.

29. Em geral, os funcionários de empresas de tecnologia não permanecem muito tempo na mesma companhia, mudando várias vezes de emprego ao longo de suas carreiras. No entanto, a empresa de tecnologia X é conhecida por conseguir reter seus funcionários por períodos de tempo muito maiores do que a média do mercado. Segundo seu diretor de recursos humanos, esse resultado é consequência do ambiente de trabalho na empresa X, que é bem mais informal e menos hierarquizado quando comparado ao de outras companhias do setor.

Qual das proposições listadas abaixo, se verdadeira, sustenta mais fortemente a explicação do diretor de recursos humanos para o sucesso da empresa X na retenção de seus funcionários?

- (A) Os consumidores de produtos da área de tecnologia valorizam a informalidade, que normalmente é associada à ideia de inovação.
- (B) A maioria dos funcionários mais antigos da empresa X teve uma única experiência profissional na área de tecnologia antes de ser contratado por essa companhia.
- (C) Os profissionais da área de tecnologia costumam optar pela mudança de emprego quando são alocados em projetos pouco desafiadores.
- (D) A rigidez e o formalismo nas relações profissionais inibem alguns processos criativos que os funcionários da área de tecnologia consideram essenciais para o seu trabalho.
- (E) Em ambientes mais informais, as pessoas tendem a evitar a manifestação de insatisfações sobre as condições de trabalho, para não atrapalhar a harmonia do grupo.

30. *No Brasil, apenas 15% dos assassinatos são esclarecidos pela polícia. Para outros ilícitos, as taxas são ainda mais acanhadas. Isso significa que, se o lucro esperado com a materialização do crime for alto, cometê-lo é uma decisão perfeitamente racional. A chance de ser identificado, afinal, é pequena, e a de ser condenado e cumprir pena, ainda menor. A título de comparação, no Reino Unido e na França, os índices de solução de homicídios são de 90% e 80%, respectivamente. Com números assim, não surpreende que as taxas de criminalidade sejam altas no Brasil.*

(Hélio Schwartzman. **Folha de São Paulo**, 01/05/2018, p. A2.)

No texto, o colunista expõe argumentos que procuram explicar as elevadas estatísticas associadas à ocorrência de crimes no Brasil. Dentre as medidas apresentadas abaixo, todas com o objetivo de reduzir as taxas de criminalidade brasileiras, a única que pode ser justificada por tais argumentos é:

- (A) a duplicação das vagas nos presídios brasileiros, que enfrentam crises de superlotação.
- (B) a melhoria do sistema de educação público, de modo a equipará-lo com o privado.
- (C) a redução da maioridade penal, que atualmente é de 18 anos, para os 16 anos.
- (D) o investimento em programas sociais que tenham como meta a erradicação da pobreza.
- (E) a utilização de técnicas científicas avançadas e novas tecnologias nas investigações policiais.



31. A negação da proposição

“se eu estudo, eu cresço”

pode ser escrita como

- (A) *“se eu não estudo, eu não cresço”*.
- (B) *“se eu não cresço, eu não estudo”*.
- (C) *“cresço e não estudo”*.
- (D) *“estudo e não cresço”*.
- (E) *“se eu cresço, eu não estudo”*.

32. Considere as seguintes premissas:

- Se eu vou para a academia, eu durmo bem.
- Eu durmo bem e me alimento bem.
- Eu me alimento bem ou trabalho o dia inteiro.

A partir dessas premissas, uma conclusão válida é

- (A) *“eu trabalho o dia inteiro e me alimento bem”*.
- (B) *“se eu trabalho o dia inteiro, eu durmo bem”*.
- (C) *“eu vou para a academia e durmo bem”*.
- (D) *“se eu vou para a academia, eu trabalho o dia inteiro”*.
- (E) *“eu vou para a academia ou trabalho o dia inteiro”*.

33. Em uma pesquisa sobre a preferência dos consumidores, quatro fragrâncias de um detergente foram apresentadas a um grupo de 200 pessoas:

- lavanda
- coco
- limão
- maçã

Cada pessoa entrevistada teve de escolher as fragrâncias que julgava agradáveis, escolhendo, no mínimo, uma e, no máximo, as quatro.

Tabulados os dados da pesquisa, concluiu-se que:

- nenhuma pessoa entrevistada gostou de exatamente duas fragrâncias.
- 120 das pessoas entrevistadas gostaram da fragrância de coco, mas nenhuma delas gostou apenas dessa fragrância.
- 10 pessoas gostaram apenas da fragrância de lavanda e outras 10 gostaram apenas da fragrância de limão.
- 85 das pessoas entrevistadas não gostaram da fragrância de maçã.
- todas as pessoas entrevistadas que gostaram da fragrância de maçã gostaram, também, da fragrância de limão.
- todas as pessoas entrevistadas que gostaram das fragrâncias de lavanda e coco não gostaram da fragrância de maçã.

As duas fragrâncias mais escolhidas pelos entrevistados foram

- (A) limão e lavanda.
- (B) limão e coco.
- (C) maçã e limão.
- (D) lavanda e coco.
- (E) lavanda e maçã.

34. Um avô aconselha a seu neto:

“Se você for estudioso e esforçado, ou se for paciente e ambicioso, você terá sucesso na vida.”

Se o conselho do avô for considerado uma proposição verdadeira, o neto pode concluir que, para ter sucesso na vida,

- (A) basta ser estudioso.
- (B) é necessário ser ambicioso.
- (C) se não for ambicioso nem estudioso, é necessário que seja paciente.
- (D) se for esforçado, é necessário que seja estudioso.
- (E) não é necessário ser paciente, nem ambicioso.

35. Em certo país A, a proposição *“se um político comete um ato de corrupção, então ele é preso”* é verdadeira. Em outro país B, é verdadeira a proposição *“se um político está preso, então ele cometeu um ato de corrupção”*.

Com base apenas nessas informações, pode-se concluir que,

- (A) no país A, todo político preso cometeu um ato de corrupção.
- (B) em ambos os países, podem existir políticos presos que não cometeram um ato de corrupção.
- (C) no país B, podem existir políticos que cometeram atos de corrupção e não estão presos.
- (D) em ambos os países, podem existir políticos que cometeram atos de corrupção e não estão presos.
- (E) no país B, se um político está livre, ele não cometeu um ato de corrupção.



36. A tabela a seguir apresenta a distribuição de frequências dos salários, em número de salários mínimos (SM), dos funcionários de um órgão público:

Faixa salarial (SM)	Porcentagem
2 — 4	a
4 — 6	a + 20
6 — 8	b
8 — 12	b - 10

Sabe-se que:

$$b - a = 5\%$$

\bar{x} é a média salarial, obtida por meio dessa tabela, calculada como se todos os valores de cada faixa salarial coincidisse com o ponto médio da referida faixa,

md é a mediana salarial, calculada por meio dessa tabela pelo método da interpolação linear.

Nessas condições, $\bar{x} + md$, em anos, é igual a

- (A) 9,85
 (B) 11,35
 (C) 11,05
 (D) 10,95
 (E) 11,65
-
37. Seja X a variável que representa o diâmetro de uma peça fabricada por uma metalúrgica. Sabe-se que X tem distribuição normal com média 10 cm e variância 4 cm². Toda peça cujo diâmetro se distanciar da média por menos do que 1,68 cm é considerada boa. Três peças são selecionadas aleatoriamente e com reposição da distribuição de X. A probabilidade de exatamente uma ser boa é igual a

- (A) 0,441
 (B) 0,348
 (C) 0,288
 (D) 0,340
 (E) 0,291

Dados:

Se Z tem distribuição normal padrão:

$$P(Z < 0,84) = 0,8$$

$$P(Z < 1) = 0,841$$

$$P(Z < 1,96) = 0,975$$

38. Sabe-se que, em determinada cidade, o desvio padrão da altura de crianças da primeira série do ensino fundamental é 4 cm. Uma amostra aleatória de tamanho maior do que 30, com reposição, de n crianças, foi colhida do conjunto de todas essas crianças e obteve-se um intervalo de confiança para a média desse conjunto dado por (129,02 cm; 130,98 cm) com coeficiente de confiança de 95%. Uma nova amostra de tamanho m será colhida e deseja-se que a amplitude do novo intervalo seja a metade daquela obtida com a amostra de tamanho n, com a mesma confiança. Nessas condições, o valor de m deverá ser igual a

- (A) 64
 (B) 100
 (C) 121
 (D) 81
 (E) 256

Dados:

Se Z tem distribuição normal padrão:

$$P(Z < 0,84) = 0,8$$

$$P(Z < 1) = 0,841$$

$$P(Z < 1,96) = 0,975$$

39. Uma pesquisa afirma que a proporção p de crianças vacinadas, na faixa etária de zero a cinco anos, contra uma determinada doença é igual a 64% na cidade X. Desejando-se por à prova tal afirmação, selecionou-se aleatoriamente 100 crianças da faixa etária estipulada com o objetivo de se testar a (hipótese nula) H₀: p = 0,64 contra a (hipótese alternativa) H₁: p = 0,50. Supondo como estatística apropriada ao teste a frequência relativa de sucessos (sendo sucesso a criança ter sido vacinada) cuja distribuição pode ser aproximada por uma distribuição normal, o valor observado dessa estatística para que a probabilidade do erro do tipo I seja igual à probabilidade do erro do tipo II pertence ao intervalo

- (A) (0,55; 0,58)
 (B) (0,52; 0,55)
 (C) (0,51; 0,54)
 (D) (0,59; 0,61)
 (E) (0,58; 0,62)



40. A tabela a seguir indica o valor y do salário, em número de salários mínimos (**SM**) e os respectivos tempos de serviço, em **anos**, x , de 5 funcionários de uma empresa:

x (anos)	2	3	5	3	2
y (SM)	3	4	7	4	2

Suponha que valha a relação: $y_i = \alpha + \beta x_i + \varepsilon_i$, em que i representa a i -ésima observação, α e β são parâmetros desconhecidos e ε_i é o erro aleatório com as hipóteses para a regressão linear simples. Se as estimativas de α e β forem obtidas pelo método de mínimos quadrados por meio dessas 5 observações, a previsão de salário para um funcionário com 4 anos de serviço será, em **SM**, igual a

- (A) 6,1
- (B) 5,2
- (C) 6,0
- (D) 5,5
- (E) 5,8

Economia e Finanças Públicas

41. O governo decide criar um imposto sobre um determinado produto. Considerando-se a elasticidade com relação ao preço, se a demanda for

- (A) menos elástica do que a oferta, a carga tributária recairá proporcionalmente entre os compradores e os produtores.
- (B) menos elástica do que a oferta, a carga tributária recairá principalmente sobre os produtores.
- (C) menos elástica do que a oferta, a carga tributária recairá principalmente sobre os compradores.
- (D) mais elástica do que a oferta, a carga tributária incidirá principalmente sobre os compradores.
- (E) mais elástica do que a oferta, a carga tributária incidirá somente sobre os compradores.

42. Um imposto constitui um peso-morto porque afeta as decisões de compradores e vendedores. O imposto aumenta o preço pago pelos compradores que passam a consumir menos. Ao mesmo tempo, o imposto reduz o preço recebido pelos vendedores, que passam a produzir menos. Devido a essas alterações do comportamento, o tamanho do mercado cai para baixo do nível ótimo. Em vista disso, conclui-se que

- (A) quanto maiores forem as elasticidades da oferta e da demanda, maior será o peso morto de um imposto.
- (B) o peso-morto de um imposto é a área do triângulo situado entre a curva da demanda e a linha que representa o preço de equilíbrio.
- (C) subsídios não geram peso-morto.
- (D) peso-morto é um termo utilizado para designar uma situação em que o mercado se encontra no seu ótimo de Pareto.
- (E) à medida que se aumentam as alíquotas de um imposto sobre as vendas, o peso-morto do produtor diminui.

43. Um sistema tributário que vise à redistribuição da renda deve incluir, dentre outros mecanismos, alíquotas progressivas de imposto de renda aplicadas a todos os rendimentos

- (A) acima de vinte salários mínimos.
- (B) acima do nível mínimo de isenção e abaixo de um certo nível máximo.
- (C) abaixo do nível mínimo de isenção.
- (D) indistintamente.
- (E) acima do nível mínimo de isenção, juntamente com transferências de renda para aqueles cujos rendimentos são muito baixos.

44. A Curva de Laffer

- (A) explica a ilimitada capacidade de arrecadar de todos os governos que fixam habitualmente altas cargas tributárias.
- (B) ilustra o conceito de "elasticidade da receita com relação à alíquota (ou carga) tributária".
- (C) mostra a relação inversa entre a receita tributária e a alíquota do imposto.
- (D) demonstra que alíquotas tributárias muito altas levam as pessoas a procurarem atividades cuja tributação seja menor, resultando, necessariamente, em um aumento da arrecadação total do governo.
- (E) mostra que, por conta da carga tributária alta, a inflação aumenta e o nível de emprego cai.

45. O princípio da transparência fiscal

- (A) pressupõe que o ônus tributário recaia progressivamente sobre as faixas de renda dos contribuintes.
- (B) implica tratar igualmente a todos.
- (C) pressupõe que ônus tributário seja repartido igualmente entre os indivíduos.
- (D) impõe que a atividade fiscal deve desenvolver-se com clareza, abertura e simplicidade.
- (E) estabelece que o sistema tributário deve ser de fácil compreensão e de fácil arrecadação para o governo.



46. No escopo da Teoria Microeconômica, o conceito de “carona”
- (A) não se aplica aos casos de oferta de bens públicos.
 - (B) ilustra um produtor ou consumidor que não paga por um bem não exclusivo na expectativa de que outros o façam.
 - (C) aplica-se, exclusivamente, ao comportamento dos consumidores.
 - (D) denota o comportamento de um produtor ou consumidor que não paga por um bem exclusivo e rival, amparado pelo comportamento dos demais agentes.
 - (E) é sempre observado em programas de vacinação em massa, de controle de poluição e de varrição de vias públicas.
-
47. O teorema de Coase
- (A) refere-se à obtenção da eficiência econômica por meio da regulamentação governamental impositora de permissões transferíveis.
 - (B) envolve negociação entre agentes privados, em que um deles cede parte de seus lucros para a obtenção de um ganho social maior.
 - (C) nomeia uma solução subótima, uma vez que não proporciona resultado econômico eficiente.
 - (D) aplica-se a negociações entre particulares, sem custos para as partes envolvidas.
 - (E) propõe soluções negociadas para situações em concorrência perfeita, em que o direito de propriedade não está bem especificado.
-
48. No tocante aos subsídios, considere:
- I. Observando-se os efeitos de um subsídio sobre a oferta e o consumo, ele pode ser considerado um imposto negativo.
 - II. O efeito de um subsídio é o da redução da quantidade produzida.
 - III. Nem sempre compradores e vendedores se apropriam igualmente dos benefícios de um subsídio.
 - IV. Um subsídio de quantidade não afeta a inclinação da reta orçamentária de um consumidor que o recebe.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) II e IV, apenas.
 - (C) I e IV, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.
-
49. Os rendimentos decrescentes de escala
- (A) são representados por um espaçamento decrescente das isoquantas à medida que a quantidade de insumos combinados aumenta, em uma dada função de produção.
 - (B) são mais prováveis na indústria de transformação que no setor de serviços, pois, este, em geral, apresenta menor investimento em equipamentos de capital.
 - (C) são representados por isoquantas cada vez mais distantes entre si, conforme os níveis de produção aumentam proporcionalmente.
 - (D) são definidos pela taxa de crescimento do produto ao passo que os insumos são mantidos constantes.
 - (E) tornam mais vantajosa a operação de uma única grande empresa, do que a de muitas pequenas empresas, quando predominam em dado setor.
-
50. O excedente do consumidor
- (A) agregado é calculado pela diferença entre o preço que um consumidor estaria disposto a pagar por uma mercadoria e o preço que realmente paga.
 - (B) só pode ser medido em unidades monetárias sob a premissa de que a utilidade marginal do consumidor, associada aos aumentos de renda, permanece constante dentro da faixa de renda em questão.
 - (C) está sujeito ao impacto das externalidades de rede positivas, mas não ao das negativas.
 - (D) está sujeito ao efeito cumulativo do consumo, as chamadas externalidades de rede negativas.
 - (E) varia em proporção inversa à raridade de um bem, fenômeno que denomina-se externalidade de rede positiva.



51. Considere os valores a seguir, apresentados pelo IBGE, relacionados às contas nacionais de 2017 do Brasil:

Contas	Valores (em R\$ bilhões)
Produto Interno Bruto (PIB)	6.560
Outras Transferências Correntes (líquidas recebidas do exterior)	7
Poupança Bruta	970
Salários (líquidos recebidos do exterior)	1
Rendas de Propriedade (líquidas recebidas do exterior)	-122
Despesa de Consumo Final	5.476

A Renda nacional disponível bruta do ano foi, em R\$ bilhões,

- (A) 7.530
- (B) 5.354
- (C) 6.567
- (D) 5.362
- (E) 6.446

52. Para a posição de dezembro de 2017, o Banco Central do Brasil informou os seguintes dados sobre agregados monetários (R\$ milhões):

- Saldo de papel-moeda emitido: 250.364
- Papel-moeda em poder do público: 203.910
- Reservas bancárias (livres e compulsórias): 46.391
- Depósitos à vista: 179.930

Considerando apenas os dados acima,

- (A) M1 totalizava R\$ 250.302 milhões.
- (B) M2 totalizava R\$ 430.232 milhões.
- (C) a Base Monetária era de R\$ 296.755 milhões.
- (D) a Base Monetária apresentava-se em montante maior que R\$ 250.302 milhões.
- (E) o multiplicador monetário era de 1,45.

53. No modelo IS-LM, a situação caracterizada por uma baixa sensibilidade-juros do investimento indica

- (A) uma curva IS mais próxima da vertical.
- (B) uma curva LM mais próxima da horizontal.
- (C) uma alta eficácia da política monetária.
- (D) a existência da armadilha da liquidez.
- (E) a impossibilidade de equilíbrio entre os mercados real e monetário.

54. Em uma economia fechada e sem governo, o multiplicador keynesiano

- (A) atinge seu máximo quando a propensão a poupar é igual à propensão a consumir.
- (B) aumenta quando a propensão a consumir diminui.
- (C) depende da propensão a consumir, mas não depende da propensão a poupar.
- (D) difere do multiplicador keynesiano em uma economia com governo.
- (E) não sofre alteração se houver abertura da economia.

55. Em 1996 implantou-se, no Brasil, uma política de *crawling peg*, caracterizada por

- (A) um câmbio fixado por lei.
- (B) desvalorizações em intervalos curtos, realizadas pelo Banco Central.
- (C) uma livre flutuação vigente por um determinado e anunciado período.
- (D) uma desvalorização equivalente à inflação mensal interna.
- (E) utilizar o chamado *currency board*.

**Direito Constitucional I**

56. À luz da Constituição Federal, dentre as situações passíveis de caracterizar exercício irregular de atividade profissional ou econômica, está a
- (A) falta de filiação de sociedade empresarial ao sindicato representativo da respectiva categoria econômica.
 - (B) falta de prévia autorização do Poder Público para o desempenho da atividade, exigida pela Constituição Federal independentemente de lei nesse sentido em benefício da segurança do Estado e da sociedade.
 - (C) falta de preenchimento das condições de qualificação profissional previstas em lei para o exercício de atividade que cabe ser regulamentada.
 - (D) condenação penal em segundo grau de jurisdição, ainda que sujeita a recurso, por crime contra a fazenda pública, o que impede o condenado de exercer sua atividade profissional ou econômica independentemente de lei nesse sentido.
 - (E) prática de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação que tenha sido censurada previamente por ato de autoridade administrativa.
-
57. Associação constituída e em funcionamento há dez meses promove, na casa de um de seus associados, reunião em que os presentes organizam a prática de atos de racismo. Tendo ciência dos propósitos do evento, a autoridade policial ingressa, durante a noite, contra a vontade do morador, no local em que está sendo realizada a reunião e impede sua continuidade. Ao ser informado desses fatos, membro do Ministério Público determinou a suspensão de todas as atividades da associação, até que seja concluído o processo administrativo por ele instaurado voltado para a dissolução da entidade por decisão administrativa. Considerando essa situação à luz da Constituição Federal,
- (A) o membro do Ministério Público não poderia ter determinado a suspensão das atividades da associação, nem instaurado o processo administrativo com a referida finalidade, tendo a associação legitimidade para impugnar esses atos pela via do mandado de segurança.
 - (B) a autoridade policial não poderia ter ingressado na casa em que a reunião se realizava, uma vez que a invasão de domicílio não pode ocorrer durante a noite, mesmo em caso de flagrante delito, motivo pelo qual o morador tem legitimidade para ajuizar, contra o responsável pelo ato, ação de indenização por dano moral decorrente da violação à sua vida privada.
 - (C) a autoridade policial não poderia ter impedido a continuidade da reunião, uma vez que, à luz das liberdades de reunião e de convicção filosófica, a invasão de domicílio apenas poderia ser realizada durante o dia, mediante ordem judicial, mesmo em caso de flagrante delito.
 - (D) o membro do Ministério Público não poderia ter determinado a suspensão das atividades da associação, ainda que pudesse determinar, ao fim do processo administrativo instaurado, a dissolução compulsória da entidade, mas a associação não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança contra o ato ministerial, uma vez que foi constituída há menos de um ano.
 - (E) o membro do Ministério Público não poderia ter determinado a suspensão das atividades da associação, nem determinar, ao fim do processo administrativo, a dissolução compulsória da entidade, uma vez que apenas poderia fazê-lo caso a associação tivesse praticado atividades ilícitas, o que não ocorreu no caso.
-
58. A União pretende editar lei federal ordinária instituindo, em relação ao imóvel que não cumprir sua função social, alíquota única do imposto sobre a propriedade territorial rural em 100% sobre o valor do bem. Trata-se de pretensão
- (A) compatível com a Constituição Federal, à luz do princípio da função social da propriedade, podendo o projeto de lei ser encaminhado à Câmara dos Deputados pelo Presidente da República, ainda que a matéria não seja de sua iniciativa legislativa privativa.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, devendo o projeto ser encaminhado à Câmara dos Deputados pelo Presidente da República, uma vez que se trata de matéria de sua iniciativa legislativa privativa.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que a pretensão apenas seria constitucional se veiculada em lei complementar.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que o descumprimento da função social da propriedade enseja a desapropriação do imóvel por interesse social, com base em lei editada pelos Estados, a quem a Constituição Federal atribuiu a competência privativa para legislar na matéria.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que a situação caracteriza utilização de tributo com efeito de confisco.
-
59. Examinando a Constituição Federal vigente à luz da Doutrina do Poder Constituinte, conclui-se que o texto constitucional
- (A) não dispõe sobre o exercício do Poder Constituinte de revisão ou reformador, por ser desnecessário o estabelecimento de limites ao exercício desse Poder que, por sua natureza, já nasce subordinado aos princípios estabelecidos pelo Constituinte originário.
 - (B) disciplina o exercício do Poder Constituinte municipal ao dispor que o Município reger-se-á por lei orgânica, que servirá de parâmetro para que o Supremo Tribunal Federal exerça sua competência originária para julgar a ação direta de inconstitucionalidade em face de leis municipais.
 - (C) disciplina o exercício do Poder Constituinte originário ao determinar que a revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.
 - (D) não dispõe sobre o exercício do Poder Constituinte originário, uma vez que esse poder, cujo titular é o povo, caracteriza-se por ser inicial, ilimitado e soberano.
 - (E) não dispõe sobre o exercício do Poder Constituinte no âmbito dos Estados, uma vez que, por força do princípio federativo e da autonomia concedida aos Estados, cabe às constituições estaduais disciplinarem essa matéria.

60. Lei de determinado Estado exige do contribuinte que deposite o valor do tributo cobrado pela administração estadual, como pressuposto de admissibilidade do recurso administrativo cabível contra a decisão que manteve o crédito tributário, proferida em sede de processo administrativo tributário. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a exigência imposta pela lei estadual mostra-se
- inconstitucional, uma vez que apenas poderia ser imposta por lei complementar editada pela União, competente para estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
 - constitucional, sendo incompatível com a Constituição Federal apenas a exigência de pagamento de taxa para o exercício do direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
 - constitucional, desde que o depósito do valor do tributo seja restituído ao contribuinte no caso de ser provido seu recurso.
 - constitucional, uma vez que compete aos Estados editar normas específicas em matéria de legislação tributária, tais como o estabelecimento de pressupostos de admissibilidade de recurso no âmbito do processo administrativo tributário.
 - inconstitucional, uma vez que contraria a garantia constitucional da ampla defesa, que se aplica tanto ao processo judicial, quanto ao processo administrativo.
-
61. Lei de certo Estado instituiu alíquotas progressivas para o imposto sobre a transmissão *causa mortis*, fixadas de acordo com o valor dos bens ou direitos a serem transmitidos. Em razão disso, determinado contribuinte, que estaria sujeito ao pagamento do imposto pela maior alíquota prevista na lei, impetrou mandado de segurança preventivo para que fosse determinado à autoridade tributária que deixasse de exigir-lhe o pagamento desse tributo com base na maior alíquota prevista em lei. Para tanto, argumentou que a instituição de alíquotas progressivas do referido imposto é inconstitucional, por violação ao princípio da capacidade contributiva. Considerando que a ordem foi concedida e que foi afastada a exigibilidade do pagamento desse tributo pela maior alíquota prevista na lei estadual, conclui-se que a decisão judicial se encontra em
- conformidade, no mérito, com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, mas o mandado de segurança não poderia ter sido conhecido nesse caso, uma vez que essa ação não é cabível para que se discuta a constitucionalidade de lei em tese.
 - conformidade, no mérito, com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sendo que o mandado de segurança mostra-se cabível nesse caso, sobretudo porque a controvérsia levada a juízo é restrita à matéria de direito.
 - desconformidade, no mérito, com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, embora o mandado de segurança seja instrumento processual cabível para veicular pretensão como a do impetrante.
 - desconformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tanto no mérito, quanto no conhecimento da ação, que não é cabível para que se discuta a constitucionalidade de lei em tese.
 - desconformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tanto no mérito, quanto no conhecimento da ação, uma vez que essa ação não é cabível quando se pretende a produção de efeitos patrimoniais em relação a período pretérito ao ajuizamento da demanda.
-
62. De acordo com o texto da Constituição Federal, ato administrativo que prejudique o patrimônio público e social e o meio ambiente poderá ser contestado no âmbito de
- ação civil pública, bem como de ação popular, para as quais é legitimado o Ministério Público em defesa de interesses difusos.
 - ação popular e mandado de segurança coletivo, para as quais são legitimados, entre outros, partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano.
 - mandado de injunção, na hipótese de o ato administrativo também contrariar o exercício dos direitos e liberdades constitucionais ou as prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, ainda que já tenha sido editada norma regulamentadora que viabilize o exercício desses direitos.
 - ação civil pública, para a qual é legitimado o Ministério Público, em defesa de interesses difusos, não sendo cabível a propositura de ação popular pelo Ministério Público.
 - ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, na hipótese de violação à Constituição Federal, podendo o ato ser declarado inconstitucional ainda que não se alcance o quórum de maioria absoluta dos membros do Tribunal.
-
63. De acordo com o sistema de repartição de competências legislativas instituído pela Constituição Federal,
- os Estados podem delegar aos Municípios, mediante edição de lei complementar, competências atribuídas aos primeiros pela Constituição Federal.
 - a Constituição dos Estados pode atribuir aos Municípios competências legislativas estaduais que foram previstas na Constituição Federal.
 - é vedado aos Municípios suplementar a legislação federal e estadual, cabendo apenas aos Estados e ao Distrito Federal, no âmbito do exercício das competências concorrentes com a União, suplementar a legislação federal no que couber.
 - é vedado aos Estados suplementar as normas gerais federais em matéria de definição de fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes dos impostos de competência estadual discriminados na Constituição.
 - cabe à União, aos Estados e ao Distrito Federal dispor, em regime de concorrência, sobre direito tributário, competindo à União o estabelecimento de normas gerais.



64. A intervenção federal nos Estados é medida excepcional que somente pode ser decretada para as finalidades previstas na Constituição Federal,
- (A) dentre as quais a reorganização das finanças do Estado que deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei.
 - (B) não podendo, todavia, o decreto interventivo prejudicar o exercício da autonomia estadual, sob pena de violação ao princípio federativo.
 - (C) podendo o decreto interventivo nomear interventor federal desde que por prazo não superior a um ano.
 - (D) podendo o decreto interventivo restringir, observada a proporcionalidade da medida, os direitos de reunião, de sigilo de correspondência e de sigilo de comunicação telegráfica e telefônica, quando necessário ao restabelecimento da normalidade.
 - (E) desde que mediante prévia decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em representação interventiva, proposta pelo Procurador-Geral da República.
-
65. Governador de determinado Estado da Federação pretende, como medida para equilibrar os gastos com a previdência social, aumentar, mediante decreto, o valor da contribuição previdenciária devida pelos servidores públicos titulares de cargos públicos efetivos, que passará a ser superior à alíquota fixada para a contribuição previdenciária para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos federais titulares de cargos públicos efetivos. Nessa situação, à luz da Constituição Federal, o Chefe do Poder Executivo estadual
- (A) tem competência para majorar a alíquota da referida contribuição por decreto, mas não poderá fazê-lo de modo que seja superior àquela fixada para a contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos federais.
 - (B) tem competência para majorar a alíquota da referida contribuição por decreto, podendo ser superior àquela fixada para a contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos federais.
 - (C) não tem competência para majorar a alíquota da referida contribuição por decreto, uma vez que cabe apenas à lei fazê-lo, não podendo a alíquota, todavia, ser superior àquela fixada para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos federais.
 - (D) não tem competência para majorar a alíquota da referida contribuição por decreto, cabendo à lei fazê-lo, podendo a alíquota, todavia, ser superior àquela fixada para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos federais.
 - (E) não tem competência para majorar a alíquota da referida contribuição por decreto, cabendo à lei fazê-lo, podendo a alíquota ser superior ou inferior àquela fixada para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos federais.
-
66. Lei de determinado Estado instituiu taxa pelo exercício de poder de polícia, prescrevendo que o respectivo valor será fixado em regulamento a ser editado pelo Poder Executivo estadual, em proporção razoável com os custos da atuação estatal, observado o limite máximo de valor estabelecido na mesma lei. À luz da Constituição e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, trata-se de lei
- (A) incompatível com o princípio constitucional da legalidade tributária, podendo ser impugnada mediante arguição de descumprimento de preceito fundamental proposta perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (B) incompatível com o sistema de repartição de competências legislativas previsto na Constituição Federal, segundo o qual as taxas deverão ser instituídas mediante lei complementar editada pela União.
 - (C) incompatível com o princípio da separação de poderes, uma vez que a fixação do valor desse tributo é competência privativa do Chefe do Poder Executivo, a ser exercida por decreto, motivo pelo qual a lei estadual poderá ser impugnada mediante reclamação constitucional proposta perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (D) compatível com a Constituição Federal, uma vez que não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal.
 - (E) compatível com a Constituição Federal, podendo ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
-
67. O Presidente da República pretende encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei instituindo procedimento de avaliação periódica de desempenho de servidores públicos titulares de cargos efetivos federais, procedimento esse que poderá ensejar, a depender do resultado da avaliação e assegurada a ampla defesa, a perda do cargo público federal. Considerando as disposições da Constituição Federal, o Presidente da República
- (A) tem iniciativa legislativa na matéria, que deve ser disciplinada em lei complementar, mas a Lei não poderá impor a perda do cargo aos servidores públicos que já tiverem alcançado a estabilidade no cargo.
 - (B) tem iniciativa legislativa na matéria, que deve ser disciplinada em lei ordinária, mas a Lei não poderá impor a perda do cargo aos servidores públicos que já tiverem alcançado a estabilidade no cargo.
 - (C) tem iniciativa legislativa na matéria, que deve ser disciplinada em lei complementar, podendo a Lei impor a perda do cargo inclusive aos servidores públicos que já tiverem alcançado a estabilidade no cargo.
 - (D) não tem iniciativa legislativa na matéria, que deve ser disciplinada em lei complementar, mediante projeto de iniciativa privativa do Congresso Nacional, podendo a Lei prever a perda do cargo inclusive aos servidores públicos que já tiverem alcançado a estabilidade no cargo.
 - (E) não tem iniciativa legislativa na matéria, que deve ser disciplinada em lei complementar, mediante projeto de iniciativa privativa do Congresso Nacional, não podendo a Lei, ademais, instituir essa hipótese de perda do cargo público por não estar prevista na Constituição Federal.



68. Os servidores públicos estaduais ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração sujeitam-se ao regime
- (A) geral de previdência social, não se aplicando o princípio da imunidade tributária recíproca à contribuição previdenciária devida, ao órgão federal de arrecadação do tributo, pelo Estado contratante do servidor.
 - (B) previdenciário previsto na Constituição do respectivo Estado, que pode ser tanto o regime próprio de previdência social, quanto o regime geral, mas, optando-se por esse último, a contribuição previdenciária devida ao órgão federal de arrecadação do tributo não é exigível do Estado contratante do servidor, em razão do princípio da imunidade recíproca.
 - (C) próprio de previdência social, podendo os Estados fixar, para o valor das aposentadorias e pensões devidas a esses servidores, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, desde que instituíam regime de previdência complementar para os mesmos servidores.
 - (D) geral de previdência social, mas a contribuição previdenciária devida ao órgão federal de arrecadação do tributo não é exigível do Estado contratante em razão do princípio da imunidade recíproca.
 - (E) previdenciário previsto na Constituição do respectivo Estado, que pode ser tanto o regime próprio de previdência social, quanto o regime geral, não se aplicando, nesse último caso, o princípio da imunidade tributária recíproca à contribuição previdenciária devida, ao órgão federal de arrecadação do tributo, pelo Estado contratante do servidor.
-
69. O Governador de determinado Estado pretende instituir aumento real da remuneração de servidores públicos de certa carreira, titulares de cargos públicos efetivos e vinculados ao Chefe do Poder Executivo. Para alcançar esse objetivo, deve atentar para a norma da Constituição Federal que exige
- I. edição de lei, de iniciativa legislativa privativa do Governador, não podendo o aumento ser instituído por decreto.
 - II. prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de aumento de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.
 - III. autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.
 - IV. que o aumento seja concedido na mesma proporção da valorização remuneratória aplicada a outras carreiras públicas estaduais no mesmo exercício financeiro.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) I e III.
-
70. Ao disciplinar o financiamento da manutenção e do desenvolvimento do ensino, a Constituição Federal estabelece
- (A) que os Estados aplicarão, anualmente, no mínimo 25% da receita resultante de tributos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
 - (B) como hipótese de intervenção federal no Estado, a não aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, dependendo a decretação da medida de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
 - (C) que a parcela da arrecadação de impostos estaduais transferida aos Municípios é considerada para efeito do cálculo da receita estadual que deve ser aplicada na manutenção e desenvolvimento do ensino.
 - (D) que os recursos destinados ao ensino fundamental da rede pública estadual não são computados para efeito do cálculo do mínimo da receita estadual que deve ser aplicada na manutenção e desenvolvimento do ensino, uma vez que cabe prioritariamente aos Municípios, e não aos Estados, atuar no ensino público fundamental.
 - (E) que a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei, constitui fonte adicional de financiamento do ensino público mantido pela União, não podendo a receita desse tributo ser repassada aos Estados e Municípios por falta de previsão constitucional.

**Direito Administrativo I**

71. Considere que um grupo de entes federados, dentre eles os municípios integrantes de determinada região metropolitana, pretenda constituir um consórcio público para atuar no setor de serviço de transporte intermunicipal. A viabilidade do consórcio pretendido
- (A) demanda autorização legislativa para que cada ente federado possa celebrar o protocolo de intenções que disciplinará o consórcio, a forma e os valores que deverão ser repassados para a consecução das atividades do órgão.
 - (B) consiste na constituição de uma pessoa jurídica de direito privado, o que viabilizará a flexibilização das contratações necessárias para exploração do serviço público, apartando-se do regime jurídico de direito público obrigatório para os entes federados.
 - (C) demanda, para sua constituição, autorização legislativa de cada um dos integrantes para ratificação do protocolo de intenções, dependendo ainda de posterior celebração de contrato de rateio para que possam repassar recursos à pessoa jurídica criada.
 - (D) depende da celebração de contrato de programa, por meio do qual serão previstos os recursos que serão repassados pelos entes integrantes do consórcio para que este possa prestar os serviços públicos em questão, vedada a transferência dominial de bens imóveis.
 - (E) admite a constituição da pessoa jurídica de direito público por um dos futuros integrantes do consórcio, que fica criado com a adesão dos demais entes interessados na participação.
-
72. A União, por meio do ministério competente, decretou, aos estabelecimentos autorizados a vender medicamentos à população, a imediata redução, pelo prazo de 6 meses, prorrogável por igual período, em 50% dos preços de uma lista determinada de medicamentos de uso contínuo, em razão do término dos estoques públicos para fornecimento gratuito aos usuários. Essa decisão
- (A) está abrangida pelo poder de polícia da União, que pode limitar direitos individuais dos administrados, desde que motivado em interesse público primário ou secundário.
 - (B) se insere nos poderes de intervenção da União no domínio econômico, caracterizando fomento ao setor de produção de medicamentos, medida que admite o sacrifício dos direitos individuais dos revendedores.
 - (C) possibilita aos revendedores exigirem, diretamente dos fabricantes dos medicamentos listados, a devolução, no mesmo percentual, dos valores pagos quando da aquisição, como medida de isonomia.
 - (D) possibilita aos estabelecimentos autorizados a vender os medicamentos cujos valores foram reduzidos, que pleiteiem, perante a União, indenização pelos prejuízos sofridos se demonstrado que os danos sofridos foram excessivos e anormais.
 - (E) enseja responsabilidade objetiva da União perante os vendedores de medicamentos, desde que estes consigam demonstrar a ilicitude da atuação dos agentes públicos responsáveis pela redução de preços.
-
73. Um município que pretenda contratar uma concessão de serviço de transporte de ônibus regida pela Lei nº 8.987/1995, pode incluir, na modelagem do projeto, que
- (A) a prestação dos serviços pelo privado também poderá ser remunerada por meio de exploração de outras receitas, alternativas ou acessórias, sem prejuízo do pagamento de tarifa diretamente pelos usuários do transporte.
 - (B) a delegação à iniciativa privada da titularidade do serviço público, para que, além do pagamento de tarifas, seja permitida a cobrança de valores de outra natureza, tais como a exploração de receitas acessórias.
 - (C) haverá transferência da propriedade dos ativos afetados ao serviço público ao concessionário de serviço público para complementação da remuneração pela prestação dos serviços.
 - (D) sejam trespassados para o privado também os terminais de ônibus, com a garantia de que a propriedade desses imóveis será adquirida pela concessionária ao término da concessão, caso haja investimentos não amortizados para serem indenizados.
 - (E) outros serviços públicos no objeto do contrato de concessão como forma de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do concessionário, desonerando o poder concedente de indenizar os investimentos não amortizados.
-
74. A atuação de agente público que venha a causar lesão ao erário
- (A) enseja sua responsabilização por ato de improbidade, desde que comprovada conduta dolosa.
 - (B) possibilita a instauração de procedimento administrativo disciplinar, que ficará suspenso, contudo, caso também tramite procedimento administrativo para apuração de ato de improbidade.
 - (C) insere-se na prerrogativa de inviolabilidade dos atos e palavras dos agentes públicos quando se tratar de conduta culposa.
 - (D) acarreta sua responsabilidade objetiva pelo ressarcimento dos danos causados, o que impede condenação pela prática de infração penal, mas não obsta a imputação de penalidade disciplinar.
 - (E) enseja possível responsabilidade por ato de improbidade, com a consequente imputação do dever de ressarcimento, sem prejuízo de possível sanção pela caracterização de infração disciplinar.



75. A decisão administrativa proferida em sede de processo administrativo, contra a qual não caibam mais recursos,
- (A) impede o exercício do poder de revisão dos atos pela própria Administração pública, considerando a ocorrência de trânsito em julgado.
 - (B) admite revisão apenas pelo poder Judiciário, seja para anulação, seja para revogação, desde que fundada em prejuízo ao interesse público.
 - (C) pode ser objeto de pedido de revisão pelo interessado, sendo possível à Administração pública fazê-lo, observado o prazo prescricional.
 - (D) pode ser alterada apenas diante de fato novo e superveniente, como mitigação à coisa julgada administrativa.
 - (E) admite revisão pelo Tribunal de Contas, tanto para anulação, quanto para revogação, independentemente de prazo prescricional, por se tratar de controle externo.
-
76. Quando a Administração pública atua executando atos materiais, como a edificação de um muro, realização da poda de árvores ou, direta ou indiretamente, promovendo o recolhimento do lixo, pratica
- (A) atos administrativos desprovidos de objeto decisório, mas passíveis de controle externo.
 - (B) fatos administrativos, que não têm conteúdo que expresse manifestação de vontade decisória, não obstante possam gerar efeitos e consequências na esfera de direitos dos administrados.
 - (C) atos e fatos administrativos desprovidos de conteúdo constitutivo, declaratório ou decisório, o que restringe o poder de revisão ao controle interno.
 - (D) fatos administrativos, desprovidos de conteúdo decisório, o que impede a incidência da responsabilidade objetiva constitucionalmente prevista.
 - (E) atos jurídicos desprovidos de caráter administrativo, incidindo em sua execução o regime jurídico de direito privado, ainda que com certa mitigação em razão da aplicação dos princípios constitucionais.
-
77. De acordo com a Lei nº 6.745/1985, a atribuição de direitos e deveres aos servidores estaduais de Santa Catarina inclui o direito a
- (A) licença para cumprimento do serviço militar obrigatório para os ocupantes de cargos efetivos e comissionados.
 - (B) licença-gestante às servidoras ocupantes de cargo, emprego ou função, pelo prazo de 180 dias, em razão da alteração do texto constitucional que prevê esse benefício.
 - (C) escolha entre o afastamento e a permanência no cargo ocupado, no caso de registrar candidatura para concorrer a pleito eleitoral.
 - (D) licença para o servidor tratar de interesses particulares, de natureza subjetiva, não admitindo suspensão ou interrupção por decisão da Administração pública, desde que o benefício seja pleiteado com prejuízo da remuneração.
 - (E) possibilidade do ocupante de cargo efetivo estável, no caso de mudança compulsória de domicílio de seu cônjuge, prestar serviços compatíveis com suas funções em repartição estadual existente no local.
-
78. Como formas de organização administrativa, um ente federado pode optar pela desconcentração e pela descentralização,
- (A) acarretando, nos dois modelos, a delegação de competências próprias desse ente às pessoas jurídicas criadas para exercer as funções executivas.
 - (B) não sendo formas excludentes, pois a desconcentração envolve a criação de órgãos desprovidos de personalidade jurídica, integrantes da estrutura da Administração direta, enquanto a descentralização enseja a criação de pessoas jurídicas, que passam a integrar a Administração indireta.
 - (C) envolvendo, no segundo modelo, a transferência de competências e de titularidade de serviços públicos às pessoas jurídicas que forem criadas, independentemente do regime jurídico a que se sujeitam.
 - (D) não impedindo, nos dois modelos, a coexistência das pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta, submetidas ao regime jurídico de direito privado, com os entes que integram a Administração direta.
 - (E) dependendo, nos dois modelos, de lei para definição, distribuição de competências e de atribuições aos entes, órgãos e pessoas jurídicas envolvidas.



79. As diversas correntes e teorias que se ocuparam do tema dos serviços públicos pretendiam conceituar e delimitar a natureza dessas atividades. Atualmente, as atividades consideradas como serviços públicos são
- (A) prestadas diretamente pela Administração direta ou pelo setor privado, por meio de concessão administrativa ou concessão patrocinada, quando se tratar de serviços públicos em sentido estrito, remunerados mediante tarifa.
 - (B) assim previstas na legislação, sendo possível admitir o conceito de serviços públicos em sentido amplo para fins de delegação à iniciativa privada por meio de concessão administrativa.
 - (C) utilidades disponibilizadas à população mediante expressa previsão legislativa, não se admitindo a delegação à iniciativa privada de serviços públicos essenciais, que têm exclusividade de trespasse para pessoas jurídicas de direito público.
 - (D) restritas aos serviços que possam ser prestados em caráter lucrativo e exclusivo sob regime jurídico de direito privado.
 - (E) sempre remuneradas diretamente pelo usuário, por meio de tarifa, aspecto que diferencia a atividade como essencial e efetivamente necessária à população.
-
80. A realização de projeto de infraestrutura por ente federado municipal pode contar com apoio do ente federado estadual que integra mediante
- (A) criação de sociedade de economia mista para prestação dos serviços públicos municipais, com composição acionária dos dois entes federados, desde que o controle remanesça com o Estado.
 - (B) celebração de convênio entre os entes, exclusivamente para repasse de recursos estaduais ao município, vedada imposição de atribuições materiais ao estado, dada a ascendência hierárquica constitucionalmente estabelecida.
 - (C) celebração de convênio, por meio do qual deve ficar demonstrado o interesse público convergente entre os entes, cabendo ao estado remunerar o município pelos serviços que este vier a prestar, porque aproveitará a administrados municipais e estaduais.
 - (D) instituição de agência reguladora estadual, cuja atuação deverá fiscalizar e orientar o serviço público municipal a ser prestado, além de repassar recursos a este ente.
 - (E) celebração de convênio entre os entes federados, devidamente identificado o interesse público convergente, admitidos repasses de recursos pelo estado ao município para execução das obras pretendidas, definida contrapartida do outro conenente, bem como vedado o caráter remuneratório pela prestação dos serviços.
-
81. Diante de conduta irregular praticada por concessionária de serviço público telefônico, a agência reguladora do setor
- (A) deve recomendar ao poder concedente a rescisão do contrato de concessão em execução, para fins de nova licitação para prestação dos serviços públicos nos padrões que reputa adequados.
 - (B) pode iniciar procedimento para declaração de caducidade, durante o qual deverá demonstrar a má execução dos serviços públicos à população, para remessa da conclusão ao poder concedente.
 - (C) poderá impor multa à concessionária, como expressão de seu poder de polícia, demonstrado o cabimento em procedimento para apuração da referida conduta.
 - (D) deverá lavrar auto de infração e imposição de multa, conduta de natureza discricionária por parte da agência reguladora.
 - (E) tem competência para editar ato normativo impondo penalidade aos diretores da empresa, seguida da apuração de responsabilidade para confirmação do sancionamento.
-
82. Dentre os poderes atribuídos à Administração pública, o poder
- (A) regulamentar suscita maiores controvérsias, porque passível de ser atribuído à Administração direta, incluídas as entidades paraestatais, para o desempenho regular de suas funções executivas.
 - (B) normativo não pode ser exercido pelos entes que integram a Administração indireta, à exceção das agências reguladoras, por conta de sua independência e autonomia.
 - (C) disciplinar é aplicável a todos os entes da Administração indireta, que se sujeitam à Administração central para fins de processamento dos processos disciplinares instaurados contra seus servidores.
 - (D) hierárquico pode implicar viés disciplinar, a exemplo da apuração de infrações cometidas por servidores públicos integrantes dos quadros da Administração direta.
 - (E) de polícia pode ser delegado somente aos entes integrantes da Administração indireta que tenham personalidade jurídica de direito público, a exemplo das agências executivas no que concerne ao papel fiscalizador que exercem sobre a prestação de serviços públicos.



83. As relações e negócios jurídicos celebrados pela Administração pública são regidos pelo direito
- (A) público, ainda que se tratem de instrumentos ou institutos oriundos do direito privado, em razão da predominância do critério subjetivo para definição do regime jurídico aplicável.
 - (B) privado, quando se tratar de atividade de intervenção no domínio econômico ou delegação de serviços públicos à iniciativa privada, a fim de não caracterizar tratamento diferenciado ou concorrência desleal.
 - (C) público, tanto quanto pelo direito privado, pelo critério de prevalência de interesses, independentemente do objeto, incidindo o princípio da supremacia do interesse público.
 - (D) privado, quando uma das partes for empresa estatal, e pelo direito público, quando se tratar de autarquias e fundações públicas.
 - (E) público no que se refere ao exercício de suas funções típicas e prestação de serviços públicos, direta ou indiretamente, o que não se aplica à atividade-fim para sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, que atuam em regular competição no mercado.
-
84. De acordo com o disposto na Lei Complementar nº 442/2009, os auditores fiscais da Fazenda Estadual
- (A) têm direito subjetivo à remoção, de ofício ou a pedido, decorrido um ano de sua primeira lotação.
 - (B) podem apresentar requerimento de remoção a pedido somente após cinco anos da nomeação e de sua primeira lotação, para garantir imparcialidade na atuação.
 - (C) podem concorrer à remoção a pedido, independentemente do tempo de lotação, quando apresentarem razões fundadas, devendo a decisão se basear no critério objetivo de antiguidade.
 - (D) podem ser removidos de ofício quando a Administração demonstrar necessidade de pessoal, devendo observar os critérios legais de escolha, dentre os quais se inserem a idade do servidor e o nível na carreira.
 - (E) se submetem, quando removidos de ofício, aos critérios legalmente estabelecidos para escolha, observados, obrigatoriamente, nessa ordem, o menor tempo de serviço público e a proximidade da residência.
-
85. Quando um determinado administrador público edita um ato administrativo, mas este só começa a produzir efeitos após ratificação ou homologação por outra autoridade, está-se diante de ato administrativo
- (A) condicionado, cuja validade e vigência somente se iniciam após a ratificação ou homologação.
 - (B) bilateral, considerando que sua existência se consuma com a manifestação de vontade da segunda autoridade.
 - (C) composto, pois embora já exista e seja válido, não é exequível antes da manifestação da segunda autoridade.
 - (D) complexo ou composto, considerando que dependem da conjugação de vontade de uma ou mais autoridades para sua validade e eficácia, embora já sejam considerados existentes.
 - (E) subordinado, tendo em vista que, embora existente, válido e eficaz, só se aperfeiçoa com a manifestação de vontade de outra autoridade, que pode, inclusive, revogá-lo.

Direito Civil I, Empresarial I e Penal I

86. Considere as seguintes situações:
- I. Paulo é menor de dezesseis anos.
 - II. Roberto tem deficiência mental que lhe retira o discernimento para a prática dos atos da vida civil.
 - III. Tiago não pode exprimir sua vontade por causa permanente.
 - IV. Maurício não pode exprimir sua vontade por causa transitória.

De acordo com a legislação vigente a respeito das incapacidades, considerando somente as informações apresentadas,

- (A) apenas Paulo é absolutamente incapaz.
- (B) todos são absolutamente incapazes.
- (C) todos são relativamente incapazes.
- (D) apenas Paulo e Tiago são absolutamente incapazes.
- (E) apenas Paulo, Roberto e Tiago são absolutamente incapazes.



87. Flávio e Fernanda se casaram pelo regime da comunhão parcial de bens. Antes do casamento, Flávio não tinha qualquer bem, enquanto Fernanda tinha um apartamento. Durante a constância do casamento, Fernanda vendeu o apartamento e, com o fruto da venda, adquiriu uma casa, constando a sub-rogação do bem na escritura pública. Além disso, Flávio adquiriu em seu nome e sem a participação econômica de sua esposa, um prédio comercial. Ainda durante o casamento, Flávio recebeu uma chácara de herança de seu genitor. Por fim, Fernanda recebeu a doação de uma motocicleta. Com o fim do casamento, integram a meação do casal apenas
- (A) a casa, o prédio comercial e a chácara.
 - (B) a casa e a chácara.
 - (C) a casa e o prédio comercial.
 - (D) a casa.
 - (E) o prédio comercial.
-
88. Em caso de inadimplemento da obrigação estabelecida em contrato de doação pura e simples, o doador tem responsabilidade
- (A) apenas por conduta dolosa.
 - (B) por conduta dolosa ou culposa, de qualquer grau.
 - (C) apenas por conduta dolosa ou culposa, de grau grave.
 - (D) nos mesmos termos da responsabilidade do donatário.
 - (E) quando houver caso fortuito ou força maior, no silêncio do contrato.
-
89. São considerados direitos reais:
- (A) o penhor, a hipoteca, a anticrese e o aval.
 - (B) o uso, a habitação, o direito do promitente comprador do imóvel, a concessão real de uso e a laje.
 - (C) a propriedade, a habitação, a posse e a detenção.
 - (D) as servidões, a superfície, o usufruto e o contrato de locação.
 - (E) a concessão de uso especial para fins de moradia, o direito à sucessão aberta e a doação.
-
90. Olavo, divorciado, faleceu deixando dois filhos, Alessandro e Breno, cada qual deles contando com um filho. Durante o processo de inventário, Alessandro e Breno renunciaram à herança. Nesse caso,
- (A) a herança deve se destinar aos herdeiros de segunda classe, por direito próprio.
 - (B) a herança deve ser destinada aos descendentes de segundo grau, por direito próprio.
 - (C) a herança deve ser destinada aos descendentes de segundo grau, por representação.
 - (D) deve ser declarada jacente, abrindo-se procedimento para a vacância.
 - (E) a herança deve ser destinada aos herdeiros de segunda classe, por representação.
-
91. Em relação ao conceito de empresa e no tocante ao empresário, é correto afirmar:
- (A) Também se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, constituindo ou não, esse exercício profissional, elemento de empresa.
 - (B) Por exercício profissional da atividade econômica, elemento que integra o núcleo do conceito de empresa, há que se entender a exploração de atividade com finalidade lucrativa.
 - (C) É facultativa a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de suas atividades.
 - (D) A lei assegurará tratamento igualitário ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
 - (E) Os profissionais liberais são considerados empresários, já que, como regra, exercem atividade remuneratória e visam ao lucro em seu mister.

92. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. Nessa hipótese,
- (A) precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la, podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.
 - (B) não há necessidade de autorização judicial, bastando a representação ou assistência regular, por conta e risco do representante legal do incapaz no tocante às relações jurídicas da empresa com terceiros e em face dos demais sócios.
 - (C) há necessidade de autorização judicial, que uma vez concedida será irrevogável, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa em continuá-la, ouvidos os representantes legais do incapaz e sem prejuízo dos direitos de terceiros.
 - (D) precederá autorização judicial, passível de revogação eventual, após exame das circunstâncias, conveniência e riscos da continuação da empresa, ouvidos os representantes legais do incapaz e com prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.
 - (E) em regra, não haverá necessidade de autorização judicial, salvo se terceiros a pleitearem, bastando a administração da empresa pelos representantes legais do incapaz, com ratificação oportuna de seus atos pelos demais diretores e sócios da empresa.

93. Em relação à empresa individual de responsabilidade limitada, é correto afirmar:
- (A) Não lhe poderá ser atribuída, se constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza, a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, desde que vinculados à atividade profissional.
 - (B) A pessoa natural que a constituir é livre para figurar em outras empresas dessa modalidade, passíveis no entanto de confusão patrimonial.
 - (C) Essa modalidade de empresa não poderá resultar da concentração das quotas de outra espécie societária em um único sócio, salvo motivação a fundamentá-la.
 - (D) O patrimônio da empresa individual de responsabilidade limitada responderá pelas dívidas da pessoa jurídica, não se confundindo com o patrimônio da pessoa natural que a constitui, sem prejuízo da aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.
 - (E) Aplicam-se subsidiariamente a essa modalidade de empresa as regras previstas para as cooperativas, no tocante à responsabilização de seus sócios e diretores.

94. Em relação à sociedade simples, é correto afirmar:
- (A) O sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode em nenhuma hipótese empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser dela excluído e ser privado de seus lucros.
 - (B) Em até sete dias após sua constituição, a sociedade deverá requerer a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Naturais do local de sua sede.
 - (C) As modificações do contrato social dessa modalidade de sociedade dependerão em qualquer hipótese da anuência da unanimidade dos sócios.
 - (D) As obrigações dos sócios nessa espécie societária iniciam-se sempre e apenas após o registro da inscrição do contrato social no Cartório competente.
 - (E) Salvo estipulação em contrário, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.

95. Em relação ao Microempreendedor Individual (MEI), considere:
- I. O MEI inscrito no conselho profissional de sua categoria na qualidade de pessoa física é dispensado de realizar nova inscrição no mesmo conselho na qualidade de empresário individual.
 - II. Permite-se aos conselhos representativos de categorias econômicas a exigência de inscrição e a execução de ações fiscalizadoras quando a ocupação do MEI não exigir registro profissional da pessoa física a fim de suprir a não exigência.
 - III. Os documentos fiscais das microempresas e empresas de pequeno porte poderão ser emitidos diretamente por sistema nacional informatizado e pela internet, sem custos para o empreendedor, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.
 - IV. O MEI poderá utilizar sua residência como sede do estabelecimento, quando for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade empresarial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.



96. Acerca da aplicação da lei penal no direito brasileiro, o ordenamento vigente estabelece que
- (A) a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se já houve o trânsito em julgado da sentença, hipótese em que a decisão se torna imutável.
 - (B) a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, somente se a sua vigência for anterior ao início da prática delitiva, em razão do princípio da irretroatividade da lei penal mais severa.
 - (C) as contravenções praticadas contra a Administração pública, por quem está a seu serviço ficam sujeitas à lei brasileira, embora cometidas no estrangeiro.
 - (D) a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando idênticas, ou nela é computada, quando diversas.
 - (E) a lei temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, embora decorrido o período de sua duração.
-
97. À luz do que dispõe o Ordenamento Penal brasileiro,
- (A) o agente que desiste de forma voluntária de prosseguir na execução do crime, ou impede que o resultado se produza, terá sua pena reduzida de um a dois terços.
 - (B) o arrependimento posterior, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, deve ocorrer até o oferecimento da denúncia ou da queixa.
 - (C) não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
 - (D) crime impossível é aquele em que o agente, embora tenha praticado todos os atos executórios à sua disposição, não consegue consumir o crime por circunstâncias alheias à sua vontade.
 - (E) diz-se crime culposos, quando o agente assumiu o risco de produzi-lo.
-
98. Retardar ou omitir ato de ofício, ou praticá-lo infringindo dever funcional,
- (A) são os núcleos do tipo penal de favorecimento real.
 - (B) são os núcleos do tipo penal de advocacia administrativa.
 - (C) cedendo a pedido ou influência de outrem, constituem a prática do crime de favorecimento pessoal.
 - (D) são causas de aumento de pena da corrupção ativa.
 - (E) para satisfazer a interesse ou sentimento pessoal, constituem a prática do crime de corrupção passiva.
-
99. Patrícia, servidora pública chefe de determinada repartição, ao notar que seu subordinado Bruno, também servidor público, praticou uma infração no exercício do cargo, deixa de responsabilizá-lo por indulgência. Patrícia, com seu comportamento, praticou, em tese, o crime de
- (A) condescendência criminosa.
 - (B) prevaricação.
 - (C) tergiversação.
 - (D) exploração de prestígio.
 - (E) concussão.
-
100. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.137/1990, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo,
- (A) o crime de deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos, somente pode ser praticado por funcionário público.
 - (B) é circunstância que pode agravar de um terço até metade a pena cominada para o crime de fraudar preços por meio de junção de bens ou serviços, comumente oferecidos à venda em separado, se praticado em relação ao comércio de bens essenciais à vida.
 - (C) constitui crime contra as relações de consumo formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando ao controle, em detrimento da concorrência, de rede de distribuição ou de fornecedores.
 - (D) os crimes previstos nesta lei são de ação penal condicionada a representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça.
 - (E) constitui crime contra a ordem econômica deixar de aplicar incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.